

A sociologia rural na América Latina: produção de conhecimento e compromisso com a sociedade.

Maria de Nazareth Baudel Wanderley

I. O LEGADO DA HISTÓRIA.

Boa Noite a todos os colegas aqui presentes. Gostaria de expressar, emocionada, meu mais vivo agradecimento pelo convite que me foi feito para pronunciar esta Conferência de Abertura do VIII Congresso da ALASRU. Minhas saudações, à Presidente Sonia Bergamasco, na pessoa de quem saúdo todos os membros da Diretoria da ALASRU e do Comitê Organizador Local do Congresso.

Somos todos, certamente, de acordo, para reconhecer que o “rural” não é uma essência, a-histórica, que deva ser reconhecida indistintamente, em todos os lugares e todos os tempos. Por esta razão, para refletir sobre o mundo rural na América Latina, organizo minha intervenção em torno da relação espaço-tempo, considerando três inflexões intercomunicantes: o passado, que constitui o legado da história; o presente, percebido através do debate da sociologia rural contemporânea; e o futuro, livremente imaginado como uma utopia.

Devo, portanto, inicialmente, explicitar para todos vocês o lugar de onde estou falando. Falo do “meu canto do mundo”. (bachelard, 2003, p. 250).

Estamos num lugar de grande densidade histórica. Em brilhante pesquisa, o historiador mexicano Guillermo Palacios (Palacios, 1998) nos revela que começou aqui, nesta região, quando ela ainda merecia o nome de Zona da Mata (Mata Atlântica), a luta dos camponeses brasileiros, para construir um espaço de vida e de trabalho, como cultivadores pobres livres, resistindo fortemente às tentativas de subordinação dos senhores plantadores de cana. Daqui partiram muitos deles, na direção do sertão, onde foram protagonistas de resistências heróicas, tais como as Guerras de Canudos.

Seguindo a direção Sul, já no Estado de Alagoas, não estamos distantes do local onde existiu o Quilombo dos Palmares, o mais importante reduto de resistência dos escravos, bem como, desta vez seguindo a direção Norte, nas Matas do Catucá, onde os negros do Malunguinho firmaram seu território de liberdade. (Carvalho, 2008)

1 Socióloga. Professora Aposentada da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professora Colaboradora do Programa de Pós-Graduação de Sociologia. Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

A historiografia registra a intensa participação dos habitantes desta região nas insurreições e movimentos libertários. Estes movimentos muito contribuíram para a construção da nação brasileira, desde a expulsão dos holandeses, que ocuparam Pernambuco entre 1630 e 1654, até as sucessivas lutas anticoloniais, em defesa da independência nacional e, já no início do século XVIII, em defesa da forma republicana de governo.

Passamos, na estrada, pelo Engenho Massangana, onde Joaquim Nabuco, defensor da abolição da escravidão, nasceu e viveu sua infância. Nabuco que guardou na memória sua primeira visão deste mar, “verde e transparente como um biombo de esmeraldas”. (Nabuco, 1999, p. 161)

Atravessamos áreas de manguezais. Impossível não pensar em Josué de Castro e suas reflexões sobre o “ciclo do carangueijo”: “O povo daí vive de pegar carangueijo... e com sua carne feita de lama, fazer a carne do seu corpo e a carne do corpo de seus filhos”. (Castro, 2003, 27)

Estamos a alguns poucos quilômetros do local onde se organizou, nos anos de 1950, a primeira Liga Camponesa, no engenho Galiléia, expressão maior da resistência dos trabalhadores do campo às brutais formas de exploração do trabalho, típicas do capitalismo atrasado que aqui se implantou.

É a esta economia canavieira local que se refere Eduardo Galeano: “No Nordeste nem mesmo o progresso é progressista, porque até o progresso está em mãos de poucos proprietários. O alimento das minorias converte-se em fome das maiorias”. (Galeano, 2009, p. 89)

Aqui, o desaparecimento social afetou grandes produtores de açúcar e não os camponeses. Nos dias atuais, esta é uma das áreas de maior concentração de assentamentos rurais de reforma agrária do país, como para confirmar que as lutas anteriores não foram vãs e se prolongam, apontando para o futuro de uma outra forma de viver e de trabalhar no campo.

Ampliando um pouco mais o recorte espacial, estamos no Nordeste do Brasil, apresentado como região-problema, mas que sempre foi capaz de pensar seus problemas e pensá-la, inserida na dinâmica da sociedade brasileira. Mais que isto: foi capaz de elaborar um novo pensamento sobre o Brasil, em toda a sua complexidade e dinamismo, sem exclusão de nenhuma região e nenhum problema.

Não pensem vocês que estou exaltando os feitos de meus conterrâneos com a pretensão de exibir uma qualquer impensável superioridade, numa postura bairrista mesquinha, que só isola e empobrece de civilização aqueles que a proclamam.

Sinto-me neste momento, portadora desta herança, o que, ao contrário de me afastar de todos vocês, me torna próxima, cúmplice da história social que está pre-

sente na constituição das demais regiões brasileiras e de todos os países da América Latina. Qualquer um de vocês, convidado a ocupar o lugar que agora está sendo o meu, nesta tribuna, poderia falar dos camponeses, dos trabalhadores do campo e das comunidades tradicionais de índios e de negros, que pela resistência, sob formas sem dúvida distintas e diversificadas, lutaram, em todos os momentos de sua história, contra a miséria e a opressão. Falariam, igualmente, sem dificuldades, dos habitantes do campo e das cidades, que não aceitaram o jugo da situação colonial, nem da dominação capitalista do trabalho humano, em suas formas de exploração atrasadas e cruéis. Como todos, vivenciamos em nossa história nacional, “uma sucessão de situações de extremo desespero social” (Subirats, 2006, p. 89); a “aventura violenta e cruel”, de um “capitalismo que chegou ao continente jorrando sangue. (Sader, 2006, p. 178)

Assim, é falando do meu lugar e do meu povo, que me sinto latinoamericana. Pernambuco, “Caribenha nação, longe do Caribe”, como cantam os os nossos compositores Lenine e Bráulio Tavares.

Quero, portanto, universalizar minha história e irmanar os nossos feitos e nossos heróis, através de uma saudação tradicional. A bênção.

- Em nome de todos os escravos, que tragicamente construíram nossas sociedades latinoamericanas: A bênção Zumbi dos Palmares!

- Para saudar todos os camponeses do nosso continente, que resistiram ao que os daqui chamam o “cativeiro”, isto é, a opressão do trabalho degradante e subordinado: A bênção Zezé de Galiléia, primeiro líder das Ligas Camponesas! A bênção, Francisco Julião, advogado, defensor das Ligas! A bênção, também, Manuel Gonçalo, primeiro presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco!

- Minha homenagem a todos os que em nossos países lutaram contra a opressão interna de governos ditatoriais. Em nome de todos eles, peço a bênção ao escritor alagoano Graciliano Ramos e ao militante comunista Gregório Bezerra, líder dos camponeses de Palmares. Sua bênção!

- Peço a bênção a Dom Helder Câmara, inesquecível arcebispo de Olinda e Recife, através do qual saúdo todos os religiosos latino-americanos, que souberam traduzir sua fé, em presença atuante em favor dos pobres e dos perseguidos políticos! A bênção dom Helder!

- São numerosos em nosso continente os intelectuais que conseguiram aliar a capacidade de interpretação da realidade de seus países ao sentimento de indignação diante da fome, da miséria e da injustiça. Sem esquecer nenhum deles, peço a bênção a Josué de Castro, Paulo Freire, Manuel Correia de Andrade e Celso Furtado. A bênção!

- Não posso esquecer, nesta homenagem, todos os artistas que, através de expressões culturais distintas, registraram a capacidade criativa de nossos povos e seus mais profundos desejos de liberdade. Pensem vocês em todos os artistas de seus países. Quanto a mim, saúdo os poetas João Cabral de Melo Neto, Ascenso Ferreira e Manuel Bandeira; os escritores e teatrólogos Ariano Suassuna e Hermilo Borba Filho, este nascido na vizinha cidade de Palmares; o artista plástico Cícero Dias, modernista, que saiu da cidade de Escada para galgar os degraus do mundo; os artesãos populares Mestre Vitalino, de Caruaru, Ana das Carrancas, de Petrolina e Maria Amélia, de Tracunhaém. Peço a bênção a todos eles, mas de um modo todo especial, peço a bênção aos compositores musicais Luiz Gonzaga, Capiba e Chico Science, que souberam, cada um a seu modo, cantar a nossa alma.

II. QUESTÕES DA SOCIOLOGIA, QUESTÕES DA SOCIEDADE NO TEMPO PRESENTE.

Introduzo, agora, a segunda parte de minha explanação. Que rural, nos foi legado por esta história, na contemporaneidade? Aqui, a história iluminará a sociologia. Assumo o pressuposto de que o mundo rural não está isolado, não é auto-explicativo. Sua explicação deve ser buscada na forma como ele está inserido historicamente na sociedade em seu conjunto. No nosso caso, o mundo rural é parte da história dos países latino-americanos.

Para Aníbal Quijano, (Quijano, 2006) “a produção histórica da América Latina começa com a destruição de todo o mundo histórico, provavelmente a maior destruição sociocultural e demográfica que chegou ao nosso conhecimento”. (p. 60) Esta história, em seus capítulos mais recentes, como analisa Eduardo Subirats é um processo civilizador, representado por slogans de desenvolvimento, modernização e progresso, que gerou grandes deslocamentos populacionais para os centros industriais, abandonou massas humanas de milhões na miséria e na agonia e se coroou com a configuração de megalópolis ecológica e socialmente inviáveis, como a cidade do México, São Paulo ou Lima. E se fez acompanhar dos fenômenos mais perniciosos da globalização ... (Subirats, 2006, p. 89)

Mas, ao mesmo tempo, afirmo a particularidade deste mundo rural no contexto da sociedade englobante. E é por esta razão que o chamo de mundo. Quaisquer que sejam suas formas espaciais e sociais, resultantes das distintas formações históricas, das quais fazem parte, o mundo rural se define por uma dupla característica: a predominância dos espaços naturais sobre os espaços construídos e sua conformação enquanto pequeno grupo social, onde predominam as relações de proximidade e

de interconhecimento. Estamos diante do nosso próprio objeto de estudos: este mundo rural que se move em função das dinâmicas, de uma certa forma “externas” e “internas” que, longe de serem antagonônicas, confluem gerando os processos sociais rurais, que nos cabe explicar.

O grande desafio consiste em compreender estes processos em nossas sociedades contemporâneas. Não vale negar o “rural”, porque nele não encontramos mais, plenamente, as formas pretéritas que o caracterizavam em outros contextos. Eis nossas questões: que atores sociais são referidos ao mundo rural? que antagonismos profundos estruturam sua realidade? que novas configurações sociais e espaciais se desenham? Enquanto houver em nossas sociedades indivíduos e grupos sociais que vivam ou desejem viver em conformidade com as formas sociais decorrentes da vida em pequeno grupo, nestes espaços, continuamos devedores à sociedade de um pensamento social sobre o “mundo rural”. Sem esta realidade, uma parte de nossas sociedades seria amputada e sem este pensamento social, as ciências sociais ficariam capengas.

Quatro processos gerais trouxeram consequências definitivas para o mundo rural da América Latina nas últimas décadas. São, de uma certa forma, conquistas da sociedade, que afetaram direta e profundamente as dinâmicas do mundo rural.

São eles:

1. Os avanços da ciência, especialmente nos campos da genética e da ecologia, que respaldaram as críticas políticas às formas de progresso, ditas “produtivistas” que, na verdade, pouco avançaram no sentido do progresso da sociedade.
2. A consciência, que se tornou universal, da necessidade de preservação da natureza, como condição da preservação da própria vida humana na Terra, o que se traduz, no nosso caso, pela exigência de conservação dos espaços naturais e de respeito às leis da natureza, nos processos produtivos.
3. As conquistas tecnológicas no campo da comunicação humana que desqualificaram para sempre qualquer concepção que isole partes das sociedades de sua dinâmica de conjunto, tanto no plano interno, de cada sociedade nacional, quanto na dimensão da mundialização.
4. A ampliação e o aprofundamento do espaço da democracia, que permitiu afirmarem-se as demandas por reconhecimento e pelo direito à cidadania, bem como as expressões organizadas da diversidade social.

Neste contexto, formulo uma pergunta, norteadora de minhas reflexões: que questões o mundo rural coloca às nossas sociedades, na América Latina, e como a Sociologia Rural pensa estas questões? Estas interrogações se colocam hoje, como temáticas teóricas no debate acadêmico, mas, ao mesmo tempo, como questões centrais e candentes dos debates da sociedade.

Proponho que as examinemos em torno de quatro polarizações. Em primeiro lugar, a moderna questão fundiária, que considera as implicações da escolha social entre a aliança da propriedade da terra com o capital e a aliança da propriedade da terra com o trabalho. Em segundo lugar, a questão do progresso técnico, que opõe a concepção da industrialização da agricultura à concepção da gestão dos seres vivos. Em terceiro lugar, o lugar do campesinato nas sociedades contemporâneas, visto ora como um elemento residual, destinado a desaparecer, ora com potencial para assumir novas responsabilidades no mundo moderno. Finalmente, a moderna questão rural, que se polariza entre os modelos da urbanização do campo e do desenvolvimento rural sustentável. Pensando bem, o que queremos entender é que agricultura, que agricultores e que ruralidade se configuram nas sociedades contemporâneas da América Latina.

2.1. A moderna questão fundiária.

Vejam a primeira destas questões, que estou denominando a moderna questão fundiária. Nos anos 1960 e 1970, a promessa do progresso foi oferecida em nossas nações, sob o manto da modernização da agricultura. Este processo iria utilizar racionalmente as terras e os demais recursos produtivos, assegurar a produção de alimentos necessários à população, gerar divisas para nossas economias e articular social e economicamente o setor agrícola ao processo geral de desenvolvimento.

Quem seriam estes empreendedores, portadores da modernização e do progresso? A resposta se impôs pela força de persuasão, ideológica, e mesmo pela força física e das armas privadas. Creio que é possível generalizar para o conjunto dos países da América Latina a constatação de que, sob formas e graus distintos, é a grande propriedade da terra – seus representantes na cena social e política – que se atribuiu a bandeira do progresso e se outorgaram os créditos públicos para que a concretizasse.

O argumento de sua superioridade é ideológico. Ao afirmar a exigência da escala de produção para uma agricultura moderna, confunde, deliberadamente, a dimensão do empreendimento com o tamanho da propriedade. A questão da modernização surge, assim, com sua verdadeira face, sua dimensão política, das formas de dominação social.

Que sociedade “escolheu” estes modernizadores e sua modernização? Os grandes proprietários foram como que beneficiados com um “voto de confiança”, uma “aposta” de que seriam capazes de vencer suas, até então reconhecidas, limitações técnico-econômicas e adotar uma lógica empresarial moderna, bastando para isto, o apoio do Estado. Esta confiança não nasce por acaso. Ela encontra fundamento no fato de que, apesar da carga histórica de sua lógica extensiva, anti-social e predatória, a grande propriedade é a forma da agricultura capitalista em nossos países. Atrasada, mas capitalista.

A compreensão do lugar da propriedade da terra nos países latino-americanos - ou, pelo menos, naqueles onde predomina a grande propriedade - joga uma luz nova sobre as teorias clássicas a respeito da renda fundiária. Ao contrário do que entendiam estas teorias clássicas, nestes países, desde suas origens, os proprietários de terra realizaram a grande “proeza” de assumir o empreendimento agrícola, tornando-se, eles mesmos, dirigentes da produção. Como entender teoricamente este processo? E que conseqüências advêm dele para a configuração econômica e social das nossas sociedades? Ouso formular uma hipótese: o amálgama entre o capital e a propriedade da terra é possível, quando um não tem precedência histórica sobre o outro. Diluem-se, com isto, os efeitos - nefastos para o capital - da autonomia da renda da terra. Os diferenciais resultantes da qualidade do solo e da localização beneficiam diretamente a aplicação de capitais no processo produtivo agrícola. Renda da terra e lucro se confundem.

A classe que realiza esta proeza se constrói como um ator, social e politicamente forte. O controle da terra significa, fundamentalmente, o controle da força de trabalho e o acesso a outras formas de capital. Por esta via, os grandes proprietários-empresários rurais se tornam agentes imediatos da captação dos excedentes agrícolas - produzidos por pequenos agricultores e trabalhadores assalariados - à destinação dos setores dominantes. Assiste-se, assim, a uma integração “pelo alto”, através da qual os dirigentes da produção agrícola sedimentam a base material de sua própria reprodução social e tem reconhecida sua condição de classe dominante. Para os camponeses, este capitalismo é “uma moenda que destrói inexoravelmente os agentes humanos de sua força de trabalho”. (Fernandes, 1973, p. 133).

Nas nossas sociedades, a questão da propriedade da terra não desaparece quando se altera a base técnica da produção e se estreitam os laços que vinculam a atividade agrícola ao processo mais geral do desenvolvimento econômico. Como afirma Regina Bruno, a respeito do Brasil,

... as designações latifundiários e empresários são complementares, não opostas... Em conjunto, elas instituem uma nova realidade, onde velhas e novas

formas de dominação convivem sem maiores escrúpulos: atrás da agroindústria esconde-se o latifundiário; atrás do banqueiro, organiza-se a associação de criadores; atrás das sociedades anônimas decidem os clãs familiares; atrás do rei da produção flagra-se o pistoleiro. Ou seja, atrás do discurso moderno tenta-se dissimular o conservador. (Bruno, 1997, p. 11)

Esta “perversa aliança” entre a propriedade da terra e do capital (Silva, 1982, p. 119) não revolucionou, como ocorreu em outras situações históricas, o processo de modernização. Este é contaminado, de tal forma, que passa a ser comandado pela lógica fundiária, cuja reprodução repõe, sistematicamente, a necessidade da violência explícita como forma de dominação social.

Pegar em armas para defender o monopólio fundiário não é novidade. O patronato rural no Brasil sempre fez da violência o seu principal instrumento de dominação e de construção de sua hegemonia. Nada é tão atual no campo quanto a prática da violência por parte dos donos de terra, que estão acostumados a matar em defesa do que julgam ser seu território. (Bruno, 1997, XIV)

Assim, a grande propriedade, mais do que uma condição de produção é, um “sistema de poder”. (Furtado, 1972, p.107) O mesmo movimento de aprofundamento do capital reproduz a concentração da terra. A lógica fundiária é a face com a qual o capital age, ao transformar agricultores sem terra em assalariados ou “desocupados/desnecessários” e ocupar suas terras segundo o modo capitalista de propriedade. Sob o comando da terra, a modernização da agricultura permanece economicamente pouco produtiva, pois ainda se apóia, em grande parte, em uma lógica extensiva de uso da terra; continua socialmente injusta, visto que este é um dos setores, onde prevalecem formas de trabalho degradante; é ambientalmente predatório, já que, para se expandir destrói e polui a natureza.

Reproduzem-se, assim, neste processo, personagens esdrúxulos, à luz das teorias clássicas: proprietários fundiários que são dirigentes de um processo produtivo; empresários capitalistas que são rentistas do solo; assalariados do solo; agricultores sem terra; e o paradoxo de um modelo de desenvolvimento que desperdiça os recursos naturais e humanos que deveria promover.

Uma das principais ambigüidades deste modelo de modernização é que ele não moderniza as condições de vida e de trabalho do trabalhador assalariado. O espaço dos assalariados rurais na produção foi reduzido com a introdução de insumos poupadores de trabalho vivo e o trabalho manual, ainda necessário, é fornecido por migrantes de todas as origens e pela força de trabalho instalada no interior da agricultura familiar. Trata-se, na maioria dos casos, das experiências mais degradantes

de trabalho humano, correspondendo muitas vezes ao que se chama trabalho análogo à condição de escravo.

Não estou me referindo a um qualquer antagonismo entre o capital e a terra concentrada, mas, a uma estruturante contradição em nossos países, que se reflete direta e profundamente na forma de sociedade neles dominante. É por todas estas razões que a necessidade da reforma agrária não se esgotou nos anos 1960. A luta pela terra, que visa revolucionar a propriedade da terra, pela sua aliança, não mais com o capital, mas com o trabalho, guarda uma impressionante pertinência e atualidade, na medida mesma em que atinge diretamente o nervo central da forma de dominação em nossas sociedades.

Permito-me citar, sobre esta questão, um belo poema de Dom Pedro Casaldáliga, bispo de São Félix do Araguaia (MT).

Confissão do Latifúndio. Por onde passei, plantei a cerca farpada, plantei a queimada. Por onde passei, plantei a morte matada. Por onde passei, matei a tribo calada, a roça suada, a terra esperada. Por onde passei, tendo tudo em lei, eu plantei o nada”. (Casaldáliga, 2006)

2.2. O progresso técnico: industrialização da agricultura x a gestão dos seres vivos.

Particularmente nos países desenvolvidos, a ciência e a tecnologia tem revolucionado a atividade agrícola, abrindo um extenso leque de mutações jamais imaginadas, a tal ponto que hoje, nada parece impedir a chamada artificialização da agricultura e a identificação de seu processo produtivo a um processo industrial.

Para entender as implicações desta modernização, recorre-se, muito frequentemente, ao conceito de industrialização da agricultura, expressão que parece auto-explicativa, tanto o seu uso vem dispensando justificativas. O que pode explicar este conceito? Sem dúvida, ele explica a subordinação da atividade agrícola ao processo geral de acumulação, pela qual os produtos agrícolas, bem como os recursos necessários à sua produção assumem a racionalidade da mercadoria.

Mas, o que o conceito de industrialização da agricultura não pode explicar? Em primeiro lugar, não se pode deduzir da subordinação da agricultura à indústria a imposição de um modelo único de empreendimento agrícola. Assim, a escolha, para a agricultura, da forma de empresa industrial, em grande escala e baseada no trabalho assalariado, não é a única via possível para esta subordinação. Sua dominação em países como os nossos é, a meu ver, muito mais a consequência da concentração fundiária, que gera um trabalhador “disponível”, do que, propriamente, uma exigência incontornável do capitalismo.

Em segundo lugar, a subordinação da agricultura à indústria não anula a agricultura. Defendo aqui, que o campo não é uma fábrica. Esta é construída e manipulada como espaço de produção, que reúne matérias primas, equipamentos e trabalho humano, sob o comando do capital. No campo, é a máquina que se desloca em direção ao espaço natural; nenhum processo de artificialização pode substituir completamente os processos naturais de germinação ou gestação e de maturação da planta ou do animal.

A tecnologia, em particular as novas tecnologias, que interferem especialmente nos campos da biologia e da genética – que, diga-se, de passagem, não dizem respeito apenas à agricultura – são um produto social e como tal não estão isentas de uma avaliação pela sociedade. Os critérios desta avaliação remetem para suas implicações sobre o próprio princípio da vida e sobre a organização da vida social. Não se trata, de nenhum modo, de justificar uma postura religiosa fundamentalista, que pretenda impor a todos os seus dogmas e tradições. Trata-se, antes, de reconhecer o primado da ética e da política, que assegura direitos, fixa responsabilidades e reconhece os limites temporais do conhecimento.

Sabe-se, por outro lado, que a escolha das tecnologias não é socialmente neutra. Numa sociedade capitalista, ela tende a ser orientada exclusivamente por critérios da rentabilidade econômica. Um exemplo, entre tantos outros, basta para ilustrar o que estou dizendo: a tragédia da vaca louca, que afetou, há alguns anos, a produção bovina na Europa. O tipo de produto introduzido na alimentação animal era sabidamente incompatível com a sua natureza, mas a prática parecia plenamente justificável do ponto de vista dos ganhos empresariais. Ora, é socialmente inaceitável que o mercado seja considerado o único regulador das decisões tecnológicas. Outros critérios deveriam ser igualmente considerados, tais como a segurança dos consumidores, que impõe a consciência de que a vulnerabilidade cresce quando crescem as incertezas e que consagra, em todo o mundo, a exigência inquestionável da qualidade dos produtos que compõem a alimentação humana e animal.

Há também a considerar o fato de que a implantação de novas tecnologias tende a provocar efeitos distintos sobre os diferentes atores sociais. Exemplo conhecido por todos: o monopólio da produção de sementes transgênicas por grandes grupos agro-alimentares, além de significar “a confiscação de um bem universal”, em caráter privado, provoca situações de “tutela insuportável” de laboratórios sobre os produtores agrícolas, cuja conseqüência é a redução crescente da autonomia destes no processo de trabalho. (Jollivet 2001b) Finalmente, em que medida os centros de pesquisa, guardada, naturalmente sua plena autonomia científica, são sensíveis às questões da sociedade e conscientes das implicações de seus estudos sobre os atores sociais?

Todos estes debates são, ao mesmo tempo, causa e consequência do aprofundamento, que ocorre em todo o mundo, da crítica ao produtivismo da modernização da agricultura. Nossas sociedades deixaram de acreditar na magia de um modelo único, irreversível, de desenvolvimento, sobretudo, quando ele se apresenta socialmente excludente e ambientalmente nocivo.

Reafirma-se, hoje, o conceito de sistemas agrários (Mazoyer. Roudard, 2010). Este conceito não se confunde com a simples combinação de culturas e criações presentes num estabelecimento agrícola, numa comunidade ou numa região, como se as orientações produtivas dos agricultores pudessem ser descoladas de seu modo de vida, de suas tradições culturais e da forma como estão inseridos na sociedade mais ampla. Ele se opõe diretamente às concepções que inspiram os “pacotes tecnológicos” e a postura difusionista urbano-centrada, ainda tão propalados que, isolando e fragmentando a atividade do agricultor, produto a produto e inserindo-o, assim mutilado, em cadeias produtivas e em processos de integração vertical, desconhecem o fazer multidimensional em sua unidade de produção e em seu espaço de vida e de trabalho.

A valorização da relação homem-natureza é um dos principais desdobramentos destas novas expectativas que a sociedade formula em relação ao mundo rural e à agricultura. Progressivamente, o enfoque ambiental se consolida como o fundamento de um novo modelo de agricultura, centrado na gestão sustentável da biodiversidade, na garantia da qualidade dos produtos agrícolas e dos processos de sua produção, na busca da soberania alimentar, e na adaptação da intervenção humana diante dos riscos naturais inevitáveis.

Para esta outra agricultura, é necessário um outro agricultor.

2.3. O campesinato das sociedades contemporâneas: uma outra agricultura.

Peço paciência aos numerosos especialistas, que preenchem esta sala, mas creio que é necessário que comece por esclarecer o que entendo por campesinato. Produtor direto dos seus meios de vida, o camponês é o responsável pela subsistência de sua família, no tempo presente e de sua reprodução futura, através da construção/reprodução do patrimônio familiar. A família é assim, o fundamento de sua forma social de produção, uma vez que ela é, ao mesmo tempo, proprietária dos meios de trabalho e responsável direta pelo esforço necessário à realização dos seus objetivos, através de um sistema de atividades, exercido interna e externamente ao estabelecimento familiar.

Neste plano conceitual, percebe-se, não incluo nenhuma referência à pobreza, ao isolamento social e à falta de acesso aos bens e serviços socialmente disponíveis. O

camponês tem ambições. Seu projeto de vida e de trabalho almeja a fartura, reivindica o reconhecimento à sua dignidade pessoal e ao seu modo de vida, supõe uma sociabilidade local intensa e complexa e constrói vínculos múltiplos e permanentes com a sociedade, nos campos do trabalho, das trocas mercantis, da sociabilidade e da cidadania. Se há miséria, estiolamento dos laços de proximidade e distâncias sociais mais profundas que as distâncias físicas, as razões devem ser buscadas, antes, no lugar que é socialmente atribuído aos camponeses em cada sociedade.

Naturalmente, esta é uma definição geral e abstrata. Ela supõe a multiplicidade de expressões históricas, concretas, fruto, por um lado, da forma como cada sociedade moldou seu próprio mundo rural e sua agricultura, mas também, por outro lado, da resistência e da capacidade de adaptação do campesinato às condições imediatas, nas quais está inserido. Expressões históricas, mutantes, portanto, no tempo e no espaço.

Não hesito em afirmar que este camponês existe em todos os países da América Latina. Apoio-me na palavra de ilustres pesquisadores do campesinato da região. O chileno José Bengoa, por exemplo, ao referir-se a uma pesquisa que realizou em seu país sobre “viver na subsistência” conclui:

Al poco andar por el campo nos arrepentimos de no creer más em la fuerza de la así denominada “resistencia campesina”. Nos encontramos con sociedades y culturas campesinas más vivas que nunca en la medida que están amenazadas. Nos dimos cuenta que donde habían comunidades activas y organizadas socialmente, podían resistir y donde se dispersaban, las empresas los “cazaban” de uno en uno. Vivir en la subsistencia es la condición de tener mucho que decir y contar, mucha cultura que compartir y perder, muchas amistad y camaradería, muchos ritos comunitarios, mucha sociabilidad. (Bengoa, 2003, p. 59)

Por sua vez, Arturo Warman, escreveu, a propósito do camponês mexicano, com os quais manteve contatos em diferentes circunstâncias (Warman, 1980):

Em ningún caso los encuentre dispuestos a morirse como grupo. Están sanos y vigorosos, en plena lucha por ser lo que son en mejores condiciones, Eso si, están más solos que cualquier outro grupo de la sociedad. (p. 10)

E ele acrescenta em seguida:

Pero era claro que os campesinos estaban envueltos por relaciones particularmente injustas. No encontré en ellos irracionalidad, ni rasgos primitivos o atávicos más agudos que los míos, solo que las explicaciones eran diferentes. La grande maioria no queria ser outra cosa que campesinos, no veían defecto ni pecado en serlo. No se sentían inferiores pero sabían que eran explotados y despreciados. Ser campesino se paga con pobreza. (p. 11)

Miguel Murmis e Silvio Feldmann (Murmis, Feldmann, 2005) escrevem ainda sobre pequenos agricultores na Argentina:

... están en el médio de corrientes cruzadas. Su existencia no es la existencia rutinaria que se espera de los pequeños productores tradicionales ni tampoco un camino históricamente determinado hacia su desaparición o, por el contrario, um venturoso avance hacia la capitalización. (p. 56)

Uma constatação se impõe da leitura destes testemunhos. É indiscutível que, historicamente, nossas sociedades latino-americanas não reconheceram em seus campesinatos, a capacidade de transformação, necessária para que pudessem assumir um projeto de desenvolvimento. Aquele voto de confiança, outorgado aos latifundiários, não se estendeu aos camponeses, a quem eram atribuídas práticas e atitudes arcaicas, incompatíveis com o ideal de desenvolvimento e que resultariam em sua própria miséria e isolamento e cujas carências pareciam insanáveis.

A este respeito, aproprio-me das palavras de meu mestre, o sociólogo francês Marcel Jollivet, referidas aos camponeses do seu país (Jollivet, 2001):

A civilização técnica e econômica, que domina nos fatos e nos sistemas de valor, condena o camponês como um arcaísmo. A própria economia política é muitas vezes transformada em ideologia pela sociedade industrial para justificar o desaparecimento do campesinato. Os camponeses são, não somente rejeitados pelo desenvolvimento industrial, mas ainda, atingidos em sua dignidade por uma condenação em nome do progresso e da ciência; sua própria competência na arte de fazer produzir a terra lhe é contestada. (p. xvi)

Marcel Jollivet, acrescenta:

.... é o próprio homem que é desprezado...: contesta-se simplesmente que ele seja civilizado, seu gênero de vida – a rusticidade – feito de sobriedade, de lentidão, de resignação diante do inelutável, de valores morais fundados no trabalho e na poupança, destoa numa sociedade onde o desenvolvimento do consumo e o desperdício são as condições do funcionamento do aparelho econômico, onde é preciso sempre ir mais rápido, conquistar sempre mais impaciente... (p. xvi)

Os camponeses a que se referem os autores latino americanos citados não são personagens pretéritos, resíduos, deslocados no tempo, cuja morte anunciada nos cabe constatar. São atores sociais do mundo contemporâneo, que buscam o recon-

hecimento de seu papel ativo, de protagonistas, dos processos sociais, e a afirmação de seu desejo de estar presente e de garantir sua continuidade. As unidades familiares de produção não são incompatíveis com o desenvolvimento agrícola, isto é, são capazes de transformar seus processos de produção, no sentido de alcançar novos patamares tecnológicos, que se traduzam pela maior oferta de produtos, uma maior rentabilidade dos recursos produtivos aplicados e a plena valorização do trabalho. Recuso-me, portanto, a compreender os camponeses como os eternos perdedores, passivos diante do que lhes é imposto ou atores de resistências inúteis. Prefiro considerá-los como vencedores de muitas de suas batalhas. (Sobre)viventes, em tantos casos, triunfantes, em muitos outros. O próprio fato de estarmos aqui, numa reunião científica da dimensão do Congresso da ALASRU, nos interrogando, mais uma vez, sobre sua presença e seu destino na América Latina, não é a menor das vitórias deste campesinato, que tantos tentam negar.

Inserido numa sociedade de classes, o camponês latino americano vive a condição de classe subalterna, submetido às distintas formas de dominação à propriedade da terra e do capital, que definem o seu lugar pelo não reconhecimento e pelo bloqueio, tanto de suas potencialidades no campo econômico, quanto de suas singularidades sociais e culturais. Ele não está à margem dos conflitos; pelo contrário, é parte constitutiva dos conflitos sociais, cujas consequências para ele, se traduzem nas experiências de expropriação e de exploração.

A expropriação, ameaça iminente, resulta da disputa assimétrica entre dominantes e dominados, pelo acesso e controle dos recursos produtivos. A migração é, certamente, a principal experiência do trabalhador expropriado. Ela afeta, em todos os nossos países, um contingente enorme de indivíduos e famílias que, se deslocam no interior e cada vez mais, ao exterior. Na maioria dos casos, nas circunstâncias dadas, o êxodo rural representa uma ruptura dos laços sociais locais e das tradicionais redes de solidariedade, ao mesmo tempo em que significa a experiência de situações limites de miséria e insegurança.

A exploração, por sua vez, supõe a permanência minimamente assegurada dos pressupostos da produção camponesa: o acesso à terra e demais recursos produtivos, que viabilize a gestão do trabalho familiar para a construção do patrimônio comum. Nestes casos, a experiência do camponês se traduz pela luta permanente entre as distintas formas de subordinação e seu próprio projeto de autonomia. Em que consiste esta autonomia? No controle dos meios de produção e dos instrumentos de trabalho; no domínio de um saber e de um saber-fazer, adquirido ao longo da vida, sobre o próprio ato produtivo e sobre as condições imediatas, naturais e sociais, de sua realização; na capacidade de assumir múltiplas e distintas tarefas simultanea-

mente ou nos prazos necessários, através da polivalência da comunidade familiar que trabalha. Tudo isso resulta na capacidade de organizar o processo produtivo.

A sociologia rural latino americana construiu, através do diálogo entre seus pesquisadores e com estudiosos de todo o mundo, alguns consensos, sobre os quais não vou insistir aqui. Não é, certamente, necessário citar uma lista interminável de autores, muitos dos quais aqui presentes, para argumentar que os processos de expropriação e de exploração não são homogêneos e, sobretudo, que seus resultados não são antecipadamente definidos. Assim, há sempre a considerar as condições que geram tanto a descampesinização, como a campesinização.

Nesta perspectiva, a condição da reprodução camponesa é a sua capacidade de adaptar-se. Esta capacidade constrói um caminho, raramente linear, definido, pelas estratégias de resistência aos bloqueios impostos, através do qual são constantemente reafirmados os valores que inspiram o exercício da autonomia e a permanência de um singular modo de vida. Proponho a hipótese que seus esforços de adaptação são, não apenas respostas defensivas a imposições incontornáveis, mas se constituem, também, como atos de liberdade. Para sua concretização, o grande desafio é mudar, sem perder as raízes, adaptar-se às novas circunstâncias, a fim de “seguir vivos y siendo campesinos” (Warman, 1980, p. 11), ser um ator da sociedade moderna, sem se metamorfosear numa empresa capitalista.

Penso aqui em algumas situações concretas. A quem o imagina um homem do passado, o camponês que se reproduz nas condições modernas pode surpreender, ao introduzir em seu cálculo econômico as noções de planejamento e de orçamento que, são projeções sobre o futuro. (Rimbaud, 1983) Mas, ao dar este salto, ele permanece alheio às categorias de lucro, renda da terra e salário, enquanto parcelas autônomas da mais valia, reiterando a lógica interna do “rendimento indivisível”. (Chayanov, 1974; Wolf, 1976) Da mesma forma, no momento em que passa a usar equipamentos industriais em suas culturas, o camponês tem a experiência do tempo abstrato, em tudo oposto ao tempo da natureza, ao qual sempre esteve referido. Sua luta se concentra, então, em evitar que a busca de uma nova qualificação, que se tornou indispensável, resulte, efetivamente, na desqualificação do seu saber tradicional e na submissão intelectual a formadores externos ao seu mundo familiar e comunitário. (Mendras, 1970)

Perde este agricultor, nestas novas transações, sua condição de camponês? A categoria “agricultor familiar”, que, nas últimas décadas, rapidamente se disseminou em todo o mundo, está esvaziada de toda referência camponesa? Transformou-se, ele, num empresário - pequeno, porém, capitalista? Formulo a hipótese de que todo agricultor familiar, que se reproduz nas condições da economia e da sociedade

contemporâneas, isto é, que realiza uma inserção subalterna nos circuitos da produção de mercadorias, guarda sua condição camponesa, na medida mesma em que continua organizando sua produção como uma unidade familiar, ou, como afirma Chayanov, permanece como um “sistema econômico não capitalista”, posto que não está baseado no trabalho assalariado. Cabe a nós, demonstrar a competência e a sensibilidade para apreender as “continuidades ocultas” e as “rupturas profundas”. (Jollivet, 2001, p. 84) e, assim, consolidar o que se pode considerar uma teoria contemporânea do campesinato.

Em suas práticas, os “agricultores familiares” também expressam uma resistência, até porque a adesão às leis do mercado, ao contrário de relaxar, agudiza a necessidade de vigilância diante das constantes e diversas ameaças à autonomia. Há sempre uma brecha para que aflore a resistência camponesa. Não creio que, nas condições históricas de nossas agriculturas, na América Latina, seja possível supor qualquer tipo de aliança de classes entre os empresários rurais e os agricultores familiares. Sem apoio, ele conta, como qualquer camponês, apenas, com suas próprias forças, de trabalhadores da terra: o trabalho da família, o projeto do patrimônio familiar e as tradições locais de saber-fazer e de solidariedade. Proponho, portanto, que consideremos, para o que nos interessa aqui, como equivalentes, as categorias de agricultor familiar e de camponês.

Qual o papel deste campesinato nas sociedades contemporâneas? O caminho traçado pelas estratégias dos produtores gera uma forma de produção que se constitui como uma alternativa à forma industrial da empresa no campo, a grande empresa patronal. Isto decorre, de modo especial, do tipo de trabalho que é fundamentalmente acionado, numa unidade de produção familiar. O camponês/agricultor familiar cuida do ser vivo, plantas e animais. Diretamente, quase individualmente, afetivamente, como diz Carlos Rodrigues Brandão. (Brandão, 1999) Seu trabalho consiste na gestão de seres vivos, através da gestão do próprio trabalho, particularmente, quando se impõem nesta tarefa, cuidados permanentes e intensivos, para o que o trabalho assalariado se revela inadequado. O camponês não mede o seu tempo de trabalho porque se sente trabalhando para si mesmo e sua família. De uma certa forma, nenhuma hora de trabalho é hora extra, pois o tempo de dedicação à sua unidade de produção é ditado pela necessidade e premência da realização de cada atividade. Ao contrário de significar, como já foi aventado, um sentimento de auto-suficiência ou mesmo de individualismo, a afirmação da autonomia no trabalho é a condição do próprio trabalho. Dela deriva a autodisciplina do trabalhador - para isto socializado na família - e a transmissão de saberes, que supõe a comunidade local.

É incompreensível que a experiência camponesa nunca tenha sido considerada

nos estudos especializados sobre processo de trabalho, particularmente nas condições contemporâneas. A sociedade dita pós-moderna e a economia dita pós-for-dista buscam fórmulas alternativas à crise do modelo industrial do trabalho. Neste, como sabemos todos, predomina a separação entre a concepção e a execução do ato de produzir e o trabalhador, atrelado à máquina, obedece ao seu comando e à hierarquia dos supervisores e chefes, que lhe impõem o gesto repetitivo, na cadência máxima desejada. O que buscam os industriais mais sintonizados com seu tempo é a flexibilidade do trabalho, o que significa, substancialmente, a valorização da autonomia dos trabalhadores e o reconhecimento de sua capacidade criativa, investida nos bens produzidos. De uma certa forma, o trabalho do camponês, que organiza sua produção, não é, precisamente, uma experiência da autonomia e da flexibilização, tão procuradas? (Jean, 1994; Marsden, 1989)

É interessante perceber como, neste contexto, o conceito de camponês volta à cena. Ele se refere a um ator social, profundamente enraizado em seu território de vida e de trabalho e, enquanto tal conhecedor das exigências que a natureza impõe ao trato dos seres vivos. É com esta “bagagem”, que ele pode se colocar, modernamente, como mediador entre o campo e a cidade, a produção e o consumo, comprometendo-se, junto à população urbana com a qualidade do que produz. Desta forma, sua tradição, longe de ser um passivo a ser superado, constitui uma fonte de inovação, no plano da produção, da sociabilidade local e das instituições. (Sabourin, 2009) É isto que torna o camponês um agricultor territorial – territorial, em oposição a setorial – e cria as condições para que ele amplie seu espaço produtivo, ao expandir o leque de atividades, tanto no campo da produção agrícola, quanto no campo dos serviços, dentro ou fora do estabelecimento familiar.

Este é, sem dúvida, o sentido último da prática camponesa da pluriatividade, tantas vezes apresentadas, como o caminho do fracasso e da inviabilidade, uma via de saída sem retorno. Não estou sozinha a pensar, no entanto, que esta prática não é adotada apenas em situações de crise, reveladora de um processo de descampesinização, que descaracteriza a própria agricultura. Ao contrário, ela pode também corresponder a objetivos familiares precisos de crescimento e consolidação, o que revela a centralidade da família, em cujo seio estas iniciativas são discutidas, eventualmente disputadas e decididas.

Mas este lugar do camponês não está nem de longe garantido. Estou falando de um campo de profundas e intensos conflitos entre interesses antagônicos. A bibliografia disponível, na América Latina não deixa dúvidas de que uma grande parte das famílias camponesas do continente continua a despender toda sua energia física e intelectual para assegurar minimamente a sobrevivência imediata. A

vivência da pobreza – em muitos casos, da miséria profunda – como nos mostram os numerosos estudos sobre o tema, é a consequência, não de fatores associados ao “atraso” das regiões que não conseguiram acompanhar o dinamismo da modernização. Ela é, antes, o efeito nefasto do próprio modelo de desenvolvimento adotado, que escolheu a concentração fundiária que expropria, a tecnologia que desemprega, as relações de trabalho que degradam o trabalhador e a urbanização que esvazia o campo. Como pensar um outro modelo, centrado na constituição de novas relações sociais e de novas institucionalidades, de forma a integrar plenamente, sob o signo da solidariedade, as populações rurais à sociedade em seu conjunto e a consolidar o exercício da cidadania, do homem do campo, no campo? Em outras palavras, em que consiste a moderna “questão rural”?

2.4. A “questão rural”: a urbanização do campo x desenvolvimento rural sustentável.

Estou denominando questão rural na atualidade, em seu sentido mais amplo, o campo de tensão e conflitos que se constitui em torno do projeto de integração plena – espacial e social - do mundo rural à modernidade. Trata-se de compreender, por um lado, que forças sociais aderem a este projeto e que outras atuam no sentido inverso e, por outro lado, que recursos – naturais, econômicos, culturais, jurídicos e políticos - são acionados em uma ou outra direção.

Cada país adota critérios administrativos para definir o que considera zonas rurais, distintas das áreas urbanas. Não pretendo analisar aqui estas distinções, que tomo como dados, embora saiba o quanto elas podem ser carregadas de ideologia e de uma visão desqualificadora do mundo rural.

Entendo o mundo rural, em seu sentido mais geral e abstrato, como um espaço de vida. O campo vivo é, antes de tudo, um lugar de moradia. A bibliografia especializada autoriza-me a afirmar que a grande maioria da população rural, em nossas sociedades latino americanas, vivencia uma estreita simbiose entre morar e trabalhar no campo. É bem verdade que é crescente, sobretudo nos países desenvolvidos, a presença entre os residentes rurais, de pessoas e famílias de origem urbana. “Retirantes às avessas”, como diria o poeta João Cabral de Melo Neto. Esta situação existe, certamente, em algumas áreas especiais dos nossos países, mas para que ela se configure é necessário que o meio rural ofereça aos seus moradores, condições particularmente confortáveis de vida, o que inclui as chamadas “amenidades” da vida moderna, situação que, decididamente, não pode ser generalizada no nosso caso. No meio rural latino americano, vivem, predominantemente, indivíduos, famílias e grupos sociais que se relacionam em função da referência ao patrimônio,

aos laços de vizinhança e, em muitos casos, ao pertencimento a comunidades étnicas. Estas características, longe de homogeneizar, revelam uma grande diversidade de situações concretas, que expressam as várias formas de ocupação do espaço e de acesso aos recursos produtivos, bem como as tradições culturais e os sentimentos de (multi)pertencimento, que geram uma multiplicidade de identidades. É assim que entendo a bela passagem do grande poeta português Fernando Pessoa, segundo a qual “o lugar é que faz a localidade. Estar é ser”. (Pessoa, 1980) Resta compreender como estas identidades se manifestam social e politicamente e como nossas sociedades as reconhecem, nos planos jurídico, social e político.

Destas identidades, duas merecem aqui especial atenção: por um lado, as que se constroem sobre a base das relações de gênero, tanto no interior das famílias, quanto no que se refere à participação das mulheres nos processos de desenvolvimento territorial. Nas palavras de Amarthia Sen:

Já não mais receptoras passivas de auxílio para melhorar seu bem estar, as mulheres são vistas, cada vez mais, tanto pelos homens como por elas próprias, como agentes ativos de mudança: promotoras dinâmicas de transformações sociais que podem alterar a vida das mulheres e dos homens. (Sen, 2000, p. 220).

Por outro lado, as que afirmam a identidade das comunidades tradicionais indígenas e descendentes de escravos. Como afirma Anibal Quijano,

... a colonialidade do poder implicava ... a invisibilidade sociológica dos não europeus, “índios”, “negros” e seus “mestiços”, ou seja, da assombrosa maioria da população da América e sobretudo da América Latina, a respeito da produção de subjetividade, de memória histórica, de imaginário, de conhecimento racional. (Quijano, 2006, p. 78)

Para Quijano, “os recentes movimentos politico-culturais dos “indígenas” e dos “afro-latinoamericanos” puseram definitivamente em questão a versão européia da modernidade/racionalidade, ao propor sua própria racionalidade como alternativa. (p. 84).

Tem razão portanto, José Bengoa, para quem “a introdução da dimensão étnica e de gênero”, permitiu em certos casos, “observar “outro campo” en el mismo lugar em que anteriormente se habían analizado esas situaciones sin considerar esas dimensiones”. (Bengoa, 2003, p. 40)

É a presença de núcleos residenciais com uma certa densidade que assegura dinamismo social às áreas rurais. Os camponeses povoam o campo; a vida social será tanto mais intensa e complexa quanto as comunidades locais forem menos atingi-

das pelo êxodo rural, pela instabilidade dos contratos salariais e pelo acesso precário à terra. Isto é, tanto quanto seja consolidada a forma social de propriedade familiar ou comunitária, apoiada numa coletividade de vizinhos ou parentes, que faça do meio rural um lugar de vida e de trabalho e não apenas um campo de investimento ou uma reserva de valor. Inversamente, as áreas de grandes propriedades, que expulsaram seus trabalhadores do campo, podem ser economicamente modernas, porém sem vitalidade social, dada a reduzida população que nelas vive. A grande propriedade, associada à paisagem monótona dos imensos campos de cultura única, produziu, historicamente, uma profunda dissociação entre a apropriação da terra e a função residencial. Ao separar morar e trabalhar representa uma forma urbana de apropriação do meio rural. A lógica da dominação se sobrepõe à lógica da negociação, lá onde predominam as estruturas latifundiárias, sejam elas “tradicionais” ou “modernas”, questão que não pode ser minimizada quando se trata de construir os consensos necessários ao desenvolvimento territorial.

O campo vivo é igualmente um espaço de produção. Em primeiro lugar, da produção agrícola. A propósito, diz-se hoje, que o “rural” não se confunde com o “agrícola”. Concordo plenamente com esta assertiva, mas é preciso explicitar e assumir suas consequências. A associação entre as duas categorias – rural e agricultura – foi fortemente veiculada pelos arautos da modernização produtivista, que a consideravam, precisamente, como uma proposta de desenvolvimento do mundo rural.

Indiscutivelmente, o “rural” não se esgota no “agrícola”, mas nele, a agricultura é requalificada, a partir das novas demandas da sociedade, especialmente, no que se refere, à soberania alimentar, à produção de energia limpa e renovável, à ocupação civilizatória do espaço rural e à oferta de bens e serviços materiais e imateriais produzidos pelos habitantes do campo. Além disso, para além da agricultura, fazem parte do mundo rural os espaços naturais, cuja proteção exige a implantação de dispositivos políticos e institucionais específicos. Questionar a assimilação do rural ao setorial implica, assim, antes de tudo, em introduzir no debate, como nas intervenções públicas, outras dimensões do desenvolvimento rural, que dizem respeito, particularmente, à qualidade de vida da população do campo e à valorização patrimonial dos recursos naturais e culturais do mundo rural.

Finalmente, mas não menos importante, o dinamismo de um campo vivo está diretamente associado à sua capacidade de integrar-se em um território mais amplo, polarizado por cidades, detentoras das funções administrativas e organizacionais do espaço.

Que o campo é distinto da cidade, não tenho dúvidas. O romancista alagoano Graciliano Ramos, ator do renomado “Vidas Secas”, também sabia disso. Em suas

memórias, ele relata o sentimento “de abandono completo” que vivenciou, diante da pequena cidade, ao conhece-la, ainda criança. Ao ver um sobrado, imaginou-o, surpreso, uma “casa trepada”; a cidade, para ele, tinha então, “a aparência de um corpo aleijado”. (Ramos, 2002, p. 42)

O que está em questão, aqui, são as relações que se estabelecem entre o mundo rural e o mundo urbano, que expressam o significado da ruralidade na sociedade contemporânea. Este é um tema recorrente nos nossos debates, que se cristalizam em duas posições opostas: de um lado, estão aqueles para quem tudo é ou será urbano, numa relação assimétrica, de continuum entre os dois polos, pela qual o “urbano” termina por transformar o “rural” à sua imagem e semelhança; de outro lado, encontram-se aqueles que defendem a profunda interdependência entre o campo e a cidade. Neste último sentido, ao qual me filio com plena convicção, o desenvolvimento rural, ao contrário de ser a superação do rural, pela urbanização do campo, é o desenvolvimento das qualidades do rural, que dizem respeito, como já afirmei, à sua particular relação com a natureza e particular forma de vida social. A respeito desta questão, faço minhas as palavras de Jacques Chonchol, que preconiza: “Terminar con la falsa idea que todo el progreso y toda la modernización deben ser urbanos. Esa es la tendencia del mundo actual que al mismo tiempo crea marginalización urbana”. (Chonchol, 2000, p. 31)

O que define uma área como urbana é a sua centralidade e sua vocação para a prestação de serviços. O espaço rural está também associado a funções que valorizam suas características, especialmente as funções produtiva, patrimonial e residencial, que o vinculam às questões alimentar, ambiental e territorial. É a articulação entre as particularidades da cidade e do campo que permite entender as relações urbano-rurais como uma via de mão dupla, na qual, as discontinuidades não significam necessariamente desequilíbrios e fonte de dominação, mas, relações de complementaridade, pelas quais as funções recíprocas se alimentam e são intercambiadas.

A integração com a cidade depende, cada vez mais, das condições de mobilidade e de acesso da população que vive no campo, aos serviços concentrados nas cidades. Neste sentido, uma área rural será mais ou menos dinâmica, conforme disponha de meios de comunicação com os pólos dinâmicos locais e conforme estabeleça com as cidades, trocas materiais e imateriais. Exemplo particularmente ilustrativo desta relação vem a ser a produção de alimentos para os mercados urbanos próximos. Se para os moradores da cidade, o mercado local de produtos agrícolas é o meio que lhes assegura uma qualidade saudável dos alimentos que consome, para os do campo, a existência desta economia de proximidade é, frequentemente, o esteio para sua permanência no campo e sua afirmação identitária. Para ambos, sem dúvida, é um

reforço das relações interpessoais. Assim sendo, o “campo vivo”, é um espaço em intenso processo de comunicação, o que amplia a dimensão do “vivido”, para além da área propriamente rural.

A partir de seu lugar de moradia, a população do campo constroi uma área de circulação, no interior da qual se desloca, em função do acesso aos bens e serviços necessários. O conceito de mobilidade torna-se, assim, complementar ao da acessibilidade, não necessariamente como uma ruptura com o mundo rural, mas como uma dimensão intrínseca da experiência dos que nele vivem e como expressão do seu processo de integração ao conjunto da sociedade. As áreas rurais terão um maior ou menor dinamismo, conforme consigam reunir numa área de circulação, relativamente restrita ou num espaço acessível pelos meios de mobilidade disponíveis, os empregos e os serviços de proximidade que lhes são indispensáveis. Neste sentido, as relações campo-cidade se expressam mais como redes de interação do que como espaços assimétricos e hierarquizados.

O desenvolvimento rural sustentável, aqui entendido em oposição à urbanização do campo, deve enfrentar três desafios principais: vencer a precariedade social; vencer o isolamento e assegurar a cidadania do homem do campo, no campo. Para isto, baseia-se em quatro princípios fundamentais.

Em primeiro lugar, o reconhecimento de que os interesses setoriais devem estar submetidos à dinâmica territorial, entendida enquanto capaz de mobilizar e potencializar os recursos ambientais e humanos disponíveis no espaço local, o que significa dizer que um programa de desenvolvimento rural sustentável não pode se confundir com os interesses particularistas dos setores dominantes locais e que a produção terá sempre prioridade sobre a propriedade. Ou melhor, a produção é que justifica a propriedade. Significa dizer também que, mesmo os setores mais eficientes do ponto de vista produtivo não podem ser eximidos dos compromissos com os projetos de sociedade que são o bem estar da população e a preservação dos recursos ambientais.

Em segundo lugar, o reconhecimento da legitimidade das demandas dos agricultores familiares para a consolidação de uma agricultura autônoma e para tornar o meio rural um campo vivo. Isto significa concretamente: por um lado, o reconhecimento de que esta forma de agricultura é portadora de uma grande capacidade de construção de territórios diversificados e dinâmicos e de inovação nos campos tecnológico, organizacional e cultural; por outro lado, o apoio às demandas de acesso ou retorno à terra, através dos programas de reforma agrária, cujas conseqüências são imediatas, na valorização das terras antes improdutivas e na revitalização da vida social nos espaços rurais.

Em terceiro lugar, o reconhecimento de que a população que faz do meio rural um lugar de vida e de trabalho tem prioridade sobre aqueles que o despovoam, tornando-os espaços socialmente esvaziados, destroem seu patrimônio natural e sua vitalidade social.

Finalmente, em quarto lugar, o reconhecimento da necessidade de garantir, para a população rural, as possibilidades econômicas, sociais e culturais, de forma a assegurar que a permanência no campo seja a expressão de uma escolha pessoal livre e renovável.

O Estado afirma-se, neste domínio, como um protagonista primordial, cujas funções, podem ser assim sintetizadas: reconhecer os atores sociais em sua diversidade e os direitos de que são portadores; desbloquear, isto é, eliminar os obstáculos estruturais e políticos que impedem a plena realização das potencialidades dos atores sociais; congregar, contribuir para reforçar as iniciativas e as solidariedades locais e para construir os consensos necessários ao desenvolvimento territorial.

III – O FUTURO EM CONSTRUÇÃO: UTOPIAS CAMPONESAS.

Chego, agora, à terceira parte de minha palestra. Proponho que consagremos nossas atenções à construção da utopia. Utopia, que longe de significar descompromisso com o real, expresse um olhar para o futuro, fortemente ancorado no passado e no presente, na história e na sociologia e traduza a tomada de consciência política e a responsabilidade social de quem a concebe ou participa de sua concepção.

Como afirma Carlos Rodrigues Brandão, (BRANDÃO, 1998), “todo projeto de construção do futuro só poderá ser motivado e, depois, realizado, como um plano de história, mediante uma reconstrução solidária do passado vivido pelas gerações antecedentes...” (p. 28) E Carlos Brandão explica: “... cada geração presente torna-se responsável por si mesma, pelas gerações vindouras e pelo destino não realizado das gerações do passado”. (p 31)

Utopia que, como num “chão de estrelas”, nos faz pisar numa realidade já em construção. É presente e não apenas futuro longínquo, as demandas sociais por novas concepções de desenvolvimento e a consolidação de solidariedades renovadas. Desenvolvimento não se dissocia mais de valores, como, equidade e justiça social. A sustentabilidade impõe exigências à rentabilidade meramente econômica. As possibilidades de escolha dos diversos atores sociais, em diálogo, se contrapõem à visão da irreversibilidade dos processos dominantes. O camponês é um ator da sociedade e não um mero produtor de mercadorias. O território, como espaço de vida, se fortalece com a presença polivalente e multifuncional dos habitantes do mundo rural,

em contraste com o campo vazio, sem vida, daqueles que querem transformá-lo numa fábrica.

Estamos num terreno fértil para construir utopias. Cito, para comprová-lo Aníbal Quijano:

América Latina, por su peculiar historia, por su lugar em la trayectoria de la modernidad, es el más apto territorio histórico para producir la articulación de los elementos que hasta ahora andan separados: la alegría de la solidaridad colectiva y la de una plena realización individual. No tenemos que renunciar a ninguna de ellas, porque son ambas nuestra genuína herencia. ... La identidad latinoamericana es ... una utopía de asociación nueva entre razón y liberación. (Quijano, 1993, p. 23)

Celso Furtado também acreditava na utopia. “Se equivoca quien cree que no hay espacio para la utopía. Al revés de lo que profetizó Marx: la administración de las cosas será reemplazada cada vez más por el gobierno creativo de los hombres”. (Furtado, 1998).

No campo mais próximo das utopias camponesas, gostaria de me referir a dois textos, que certamente, todos vocês conhecem. Da obra de Chayanov “Viagem de meu irmão Alexis ao país da utopia camponesa” (Chayanov, 1981; Funes, 1981) destaco alguns pontos do que ele imaginou como “um novo sistema social até então insuspeitável”: o domínio das incertezas, pelo controle da chuva; o acesso dos camponeses à cultura erudita, a igualdade entre os gêneros; a participação dos indivíduos na organização da vida social e suas relações com o Estado e a concepção de cidade: pequenas cidades que são apenas “ponto de aplicação de um nó de conexões sociais”.

Por sua vez, o sociólogo francês Henri Mendras imaginou uma nova sociedade, que surgiria com a vitória do movimento de maio de 1968, em seu país. (Mendras, 1979) Os valores camponeses e os princípios da economia camponesa seriam fortalecidos com a disseminação de técnicas modernas: o freezer assegurando o autoconsumo, “um luxo de país rico”; a solidariedade na família e entre vizinhos, mas sem isolamento; as relações com a cidade entendidas como “um sistema de redes”, onde “tudo é cidade, tudo é campo”; a cultura humanística aliada à cultura popular; a educação formadora de uma disciplina para a vida; a elaboração de um “índice de fantasia bruta”, em substituição ao índice do produto interno bruto.

É surpreendente como estas visões do futuro, propostas por renomados intelec-

tuais, coincidem com as reflexões de dois sábios sertanejos, com os quais pude dialogar ao longo de minha vida e que gostaria de compartilhar com vocês, para concluir minhas próprias reflexões. Finfa e Dida, como eram conhecidos estes sábios, citavam com grande desenvoltura trechos de poemas e canções, expressivos da cultura nordestina e sertaneja, que, à moda de parábolas, falavam do sertão, do Brasil e do mundo. Dida apreciava de modo especial o Cordel de José Pacheco, que narra “A chegada de Lampião no inferno”, no qual a descrição deste lugar muito o assemelha a um latifúndio. Naturalmente, nos versos, Lampião vence a luta contra Satanás e Lúcifer. Sobre a chuva, dizia Finfa: “O açude guarda a água, mas a devolve ao sol escaldante; meu sonho é guardar a água para enganar a seca”. E ele encontrava, modernamente, a fartura, na poesia do Cordel do Fogo Encantado: “Choveu choveu, O bucho cheio de tudo que deu. Choveu, choveu, suor e canseira depois que comeu. Choveu choveu, Zabumba zunindo no colo de Deus”. (Lirinha; Clayton Barros)

Dida gostava de cantarolar uma conhecida canção de Luiz Gonzaga: “mulher sem querer não presta, mas querendo é bom demais”, forma um pouco ousada, com a qual ele expressava sua compreensão de que no amor, no trabalho, na vida social e na construção do patrimônio, a adesão e a cumplicidade entre homens e mulheres devem ser mais fortes que a autoridade e a dominação. Finfa e Dida riam muito quando cantavam para mim: “Tava tocando um baião cheio de dedos; quando dei fé tava tocando Chopin”. (Chopin com o sotaque do Sertão do Pajeu). Luiz Gonzaga e Chopin juntos. Por que não? Eruditos, a seu modo, Finfa e Dida inspiravam-se no poema de João Cabral de Melo Neto, para sonhar com uma “urbanização do regaço”, que vê as cidades, também como um espaço de proximidade. Arrematando a visão de mundo, que projetavam para o futuro, cantavam assim as relações sociedade-natureza: “ai, ai, o povo alegre, mais alegre a natureza”!

Como traduzir em atos, estes sonhos? Sertanejos que apreciavam o mar, Finfa e Dida sabiam cantar, como a cirandeira Lia de Itamaracá:

“Esta ciranda não é minha só. Ela é de todos nós”. Ela é de todos nós”.

BIBLIOGRAFIA CITADA

- Bachelard, Gaston. *A poética do espaço*. São Paulo, Martins Fontes, 2003.
- Bengoa, Jose. 25 años de estudios rurales. *Sociologias*, Porto Alegre, UFRGS, v, 5, n. 19, jul./dez. 2003, p. 35-98.
- Brandão, Carlos Rodrigues. O afeto da terra: imaginários, sensibilidades e motivações de relacionamentos com a natureza e o meio ambiente entre agricultores e criadores sitiantes do Bairro dos Pretos, nas encostas paulistas da Serra da

- Mantiqueira, em Joanópolis. Campinas, SP, UNICAMP, 1999. (Col. Pesquisas).
- Brandão, Carlos Rodrigues. Memória sertão; cenários, cenas, pessoas e gestos nos sertões de João Guimarães Rosa e de Manuelzão. São Paulo, Universidade de Uberaba, Cone Sul, 1998.
- Bruno, Regina. Senhores da terra, senhores da guerra: a nova face política das elites agroindustriais no Brasil. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.
- Carvalho, Marcos Joaquim M. de. O quilombo de Malunguinho, o rei das matas de Pernambuco. IN: REIS, João José. GOMES, Flávio dos Santos. Liberdade por um fio; história dos quilombos no Brasil. São Paulo, Companhia das Letras, 2008, p. 407-432.
- Castro, Josué. Documentário do Nordeste. São Paulo, Brasiliense, 1957.
- Chayanov, Alexander V. La organización de la unidad económica campesina. Buenos Aires: Ediciones Nueva Vista, 1974.
- Chayanov, A.V. Viaje de mi Hermano Alexis al país de la utopia campesina. In: Chayanov, A.V. et alii. Chayanov y la teoria de la economia campesina. Mexico, Siglo XXI, 1981. (Cuadernos de Pasado y Presente, 94), p. 1-47.
- Chayanov, A.V. Sobre la teoría de los sistemas económicos no capitalistas. In: Chayanov, A.V. et alii. Chayanov y la teoria de la economia campesina. Mexico, Siglo XXI, 1981. (Cuadernos de Pasado y Presente, 94), p. 49-79.
- Chonchol, Jacques. El problema agrário en el contexto de la globalización. In: Piñeiro, Diego. 30 Años de Sociologia rural en América Latina. Uruguay, 2000. SBS/ALASRU, p. 15-31.
- Fernandes, Florestan. Anotações sobre o capitalismo agrário e a mudança social no Brasil. IN: SZMRECSÁNYI, Tamás. QUEDA, Oriowaldo (Orgs). Vida rural e mudança social; leituras básicas de sociologia rural. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1973, p. 131-150.
- Funes, Santiago E. Introducción a la utopia de Chayanov. IN: CHAYANOV, A.V. Chayanov y la teoria de la economia campesina. Mexico, Siglo XXI, 1981. (Cuadernos de Pasado y Presente, 94), p. VII-XIX.
- Furtado, Celso. Análise do “modelo” brasileiro. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.
- Furtado, Celso. El nuevo capitalismo. Revista de la CEPAL, Santiago de Chile, outubro de 1998. (nº especial: CEPAL cincuenta años).
- Galeano, Eduardo. As veias abertas da América Latina. 49ª Ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2009.
- Jean, Bruno. A forma social da agricultura familiar contemporânea : sobrevivência

- ou criação da economia moderna. *Cadernos de Sociologia*, PPGS/UFRGS, Porto Alegre, 6, 1994, p. 76-89.
- Jollivet, Marcel. *Pour une science sociale à travers champs ; paysannerie, ruralité, capitalisme (France Xxe. Siècle)*. Paris, Arguments, 2001.
- Jollivet, Marcel. *Avec les OGM, une nouvelle agriculture ?* 19.06.2001b. Acesso : www.cafegeo.celeonet.fr.
- Marsden, Terry. (1989), "Restructuring rurality: from order to disorder in agrarian political economy". *Sociologia Ruralis*, 29, 3-4, 1989, p. 312-317.
- Mazoyer, Marcel. Roudard, Laurence. *História das agriculturas do mundo; do neolito à crise contemporânea*. Brasília/São Paulo, NEAD/UNESP, 2010.
- Mendras, Henri. *La fin des paysans : changement et innovations dans les sociétés rurales françaises*. Paris : Armand Colin, 1970.
- Mendras, Henri. *Voyage au pays de l'utopie rustique*. Paris, Actes Sud, 1979.
- Murmis, Miguel. Feldman, Silvio. *La persistência de la pequeña producción mercantil en um pueblo rural de Argentina: factores favorables y factores limitantes*. In: Cavalcanti, Josefa S. Barbosa; Neiman, Guillermo (Comp.). *Acerca de la globalización en la agricultura: territorios, empresas y desarrollo local en América Latina*. Buenos Aires: CICCUS, 2005, p. 37-59
- Nabuco, Joaquim. *Minha formação*. Rio de Janeiro, Topbooks, 1999.
- Palacios, Guillermo. *Cultivadores libres, estado y crisis de la esclavitud en Brasil en la época de la revolución industrial*. México, Fondo de Cultura Económica, 1998.
- Quijano, Aníbal. *Modernidad, identidad y utopia em America Latina*. *Cadernos de Sociologia*, Porto Alegre, 5, 5, 1993, p. 9-23.
- Quijano, Aníbal. *Os fantasmas da América Latina*. IN: NOVAES, Aduino. (Org.) *Oito visões da América Latina*. São Paulo, SENAC, 2006, p. 49-85.
- Rimbaud, Placide. *Organisation du travail agraire et identités alternatives*. *Cahiers Internationaux de Sociologie*, 75, 1983, p. 305-320.
- Sabourin, Eric. *Camponeses do Brasil, entre troca mercantil e reciprocidade*. Rio de Janeiro, Garamond, 2009.
- Sader, Emir. *Encontros e desencontros*. IN: NOVAES, Aduino. (Org.) *Oito visões da América Latina*. São Paulo, SENAC, 2006, p. 177-190.
- Sen, Amarthia. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.
- Silva, José Graziano da. *A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982a. (Col. Agricultura e sociedade).

- Subirats, Eduardo. Viagem ao fim do paraíso. IN: NOVAES, Adauto. (Org.) Oito visões da América Latina. São Paulo, SENAC, 2006, p. 87-146.
- Warman, Arturo. Ensayos sobre el campesinado en Mexico. México, Nueva Imagen, 1980.
- Wolf, Eric R. Sociedades camponesas. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

POEMAS E CANÇÕES

- A chegada de Lampião no inferno. José Pacheco (Autor do cordel)
- A volta da Asa Branca. Luiz Gonzaga. Zé Dantas. (Compositores)
- A urbanização do regaço. João Cabral de Melo Neto. Antologia Poética. 2. Ed. Rio de Janeiro, José Olympio/Sabiá, 1973.
- Caribenha nação. Lenine. Bráulio Tavares. (Compositores)
- Chover (ou Invocação Para Um Dia Líquido). Cordel do Fogo Encantado. Lirinha. Clayton Barros. (Compositores)
- Infância. Graciliano Ramos. 35ª ed. Rio de Janeiro, Record, 2002.
- Minha ciranda. Lia de Itamaracá.
- Morte e Vida Severina. João Cabral de Melo Neto. Obra completa. Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 1994.
- Tamborete de Forró. Artúrio Reis. (Compositor)
- Textos de crítica e de intervenção. Fernando Pessoa. Lisboa, Ática, 1980.
- Versos adversos. D. Pedro Casaldáliga,. São Paulo, Perseu Abramo, 2006.